CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022

EDITAL Nº 02/2023 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA E INSCRIÇÕES

O **MUNICÍPIO DE VICENTE DUTRA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, representado pelo Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, em razão do Concurso Público n° 01/2022, regido pelo Edital n° 01/2022, de 22 de dezembro de 2022, torna público o presente Edital para divulgar e comunicar o que segue:

1. RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA E INSCRIÇÕES

1.1. Retifica-se o **item 2.3** do Edital n° 01/2022, de 22 de dezembro de 2022, para alterar a data de início das inscrições e das solicitações de isenção, passando a ser como consta a seguir, e não como constou:

PROCEDIMENTO / EVENTO	DATA / PERÍODO
Publicação do Edital do Concurso Público	22/12/2022
Período de Impugnação do Edital do Concurso Público	22 a 29/12/2022
Comunicação de Resultado dos Pedidos de Impugnação	02/01/2023
Período de inscrições pela internet, através do site: *www.legalleconcursos.com.br,* até 18h	**03 a 30/01/2023**
Período de solicitação de isenção da taxa de inscrição	03 a 09/01/2023

1.2. Retifica-se o **Anexo II** do Edital n° 01/2022, de 22 de dezembro de 2022, para fazer constar o Programa de Prova e as Referências Bibliográficas da disciplina de Conhecimentos Específicos para o cargo de Fiscal de Tributos e Obras, passando a ser como consta a seguir com as devidas alterações e não como constou:

Fiscal de Tributos e Obras

Atribuições do cargo. Código Tributário do Município e alterações. Normas gerais de direito tributário: conceito, espécies de normas tributárias, vigência, aplicação, interpretação, integração; Princípios constitucionais tributários. Tributos: conceito, natureza jurídica, classificação e espécies de tributos; Competência tributária e limitações do direito de tributar; Legislação tributária: alcance da expressão, matéria disciplinada por lei e por normas complementares; Obrigação Tributária: fato gerador; sujeito ativo e sujeito passivo, solidariedade; capacidade tributária; responsabilidade tributária; Crédito Tributário: constituição; modalidades de Lançamento; suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário; Garantias do crédito tributário; conceito, privilégios, preferências e fiscalização do crédito tributário; Prescrição e Decadência; Dívida Ativa; Sigilo Fiscal. Impostos: Impostos privativos - imposto predial urbano (IPTU): zona urbana - incidência, alíquotas, base de cálculo e contribuintes, imposto sobre transmissão “inter vivos” de imóveis e de direitos reais (ITBI), imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) - incidência, base de cálculo e contribuinte; Impostos partilhados - imposto de renda, imposto territorial rural (ITR), imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI), fundo de participação dos municípios (FPM) e outros fundos. Outras receitas: Outras receitas - preços, empréstimos, financiamentos, auxílios e subvenções; Tributos municipais: critérios estruturais; princípios constitucionais; da progressividade; isenções tributárias; do processo administrativo. Constituição Federal: Princípios Fundamentais, Direitos e Garantias Fundamentais, Organização do Estado, Organização dos Poderes. Lei de improbidade administrativa. Código Penal: crimes contra a Administração Pública. Lei de acesso à informação. Conteúdos relacionados com as atribuições do cargo independente de referência bibliográfica. Integralidade das leis e obras didáticas mencionados nas referências bibliográficas a seguir.

1. VICENTE DUTRA. Lei n° 1.340, de 27 de dezembro de 2001. Estabelece o Código Tributário de Vicente Dutra/RS, consolida a legislação tributária e dá outras providências, e alterações.
2. ALEXANDRINO, Marcelo Direito Administrativo, São Paulo, Impetus, 2006.
3. AMARO, Luciano. Direito Tributário brasileiro. 10. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2004.
4. BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
5. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Malheiros, 2005.
6. BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
7. BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

8. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - com as Emendas Constitucionais.
9. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. (Art. 312 ao 327).
10. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informação.
11. BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Lei de Improbidade Administrativa.
12. DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.
13. ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio Franco da. Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário. 17. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
14. TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. v. 5.
15. MANUAIS, livros, apostilas, compilados, publicações oficiais de órgão públicos, jornais, revistas e diversos que contenham os conteúdos indicados.

1.3. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital n° 01/2022, de 22 de dezembro de 2022, as quais são ratificadas.

Vicente Dutra/RS, 03 de janeiro de 2023.

Olinto Afonso da Silva,
Prefeita Municipal em exercício de Vicente Dutra/RS.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.